

A CENSURA POSTAL MILITAR: A POLÍTICA DO ESTADO NOVO NA
CORRESPONDÊNCIA DE GUERRA DA FEB.

MARCOS ANTONIO TAVARES DA COSTA*

INTRODUÇÃO

A Censura Postal Militar é um instrumento já bem conhecido e utilizado desde a 1ª Guerra Mundial¹ (1914-1918) como forma de controle das notícias dos combatentes, vindas do *front*, com a intenção principal de evitar a transmissão de informações de interesse do inimigo, como por exemplo: a quantidade de soldados instalados em determinada região ou quais as atividades desenvolvidas por uma tropa.

Com a declaração de Guerra feita, em agosto de 1942, pelo Presidente da República Getúlio Vargas, à Alemanha e à Itália² e com o apoio aos Estados Unidos nas ações bélicas contra os países do Eixo. O Brasil decidiu ir além da simples cessão de bases para o uso aeronaval e fornecimento de matérias-primas importantes para a indústria de guerra aliada. Após entendimentos com os americanos, mesmo com a discordância dos ingleses, Vargas afirma que o País enviaria tropas para os combates, tornando-se, assim, a única Força Armada latino-americana a participar diretamente da Segunda Guerra Mundial.

Quando em julho de 1943 foi promulgado o Ato de criação da Força Expedicionária Brasileira³ (FEB), o Brasil deixava de ser uma Terra de paz para se encaixar nas regras do estado de guerra que lhe seriam impostas. E a Censura Postal Militar era uma das medidas impositivas e necessárias.

1- KILLIAN, Katrin. Postal Censorship – 1939 -1945. www.fedalpost-archive.de

2- STEINFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na segunda guerra mundial**. 3ª Ed. São Paulo: Manole, 2003.

3 - BRANCO, Manoel Thomaz Castello. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

O chamado Estado Novo do governo Vargas, iniciado em 1937⁴, mostraria que tinha poder para determinar outras normas para essa Censura, tornando esta que era uma necessidade de interesse nacional importante para a segurança dos soldados e da própria população em conflito, em mais uma maneira de controle do povo e de lideranças contrárias ao regime autoritário. A análise das injunções nos mecanismos da Censura Postal Militar, realizadas pelo governo brasileiro e a maneira com que o povo e os militares se comportaram diante disso é o objetivo deste artigo.

1. CARTAS DE GUERRA BRASILEIRAS NO FRONT ITALIANO.

Na constituição de todo o aparato bélico necessário para possibilitar os exércitos realizarem suas ações de combate, não somente a mobilização e treinamento de homens, a construção de navios, aviões e armas de fogo e a intensificação da produção industrial são suficientes para se ter sucesso em uma guerra. É necessário todo um apoio de logística que não é observado pela maioria, e que envolve pessoas e materiais em prol daqueles que estão mais próximos do perigo.

A suporte psicológico inserido na preparação do homem para enfrentar esses desafios, mantêm-se com atividades de recreação nas zonas de descanso à retaguarda da área de combate ou mesmo dentro desta área, e uma das formas de manter o soldado em condições psicológicas para atuar é a escrituração de cartas para a manutenção de seus laços afetivos com os seus pais, esposas, namoradas, filhos, amigos, etc.

As Forças Armadas americanas na Segunda Guerra destacavam uma Seção própria de sua organização para coletar, separar e enviar as cartas para os destinatários, não só nos Estados Unidos, mas também nos diversos países aliados nos quais seus militares necessitavam se corresponder. O Brasil foi enquadrado dentro das tropas americanas e também teve que organizar uma maneira de como seriam tratadas as correspondências na guerra⁵.

4- SKIDMORE, Thomaz. **Brasil de Getúlio a Castelo**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

5- Relatório secreto do Marechal Mascarenhas de Moraes – Arquivo Histórico do Exército

Os nossos militares eram incentivados a escrever da Itália para os seus familiares e amigos no Brasil, e aqui o governo também divulgava ao povo pelos jornais e pelo rádio que enviassem cartas aos soldados da FEB, não importando inclusive se os conheciam ou não. A experiência de guerra dos outros países mostrou ser essa prática algo duplamente necessária: primeiro era salutar para espírito combativo do militar, que sentia estar participando de algo importante não só para o seu exército, mas também para sua Nação, sentimento que aflorava por meio das notícias de apoio de seu povo; e segundo, por poder estar em contato com aqueles por quem sentia apreço, desabafar por meio das cartas e sentir-se reconfortado com isso, receber notícias amenas de como seguia a vida em sua residência, em sua cidade. Enfim, de que não estava sozinho em terra estranha.

O tenente Ruy de Fonseca, que comandou um pelotão de petrechos pesados da 4ª Companhia de Fuzileiros do II Batalhão do 11º Regimento de Infantaria, de São João Del Rei, Minas Gerais, em seu diário de guerra, relatou algo que nos proporciona entender a importância das cartas para o soldado em combate:

Abri primeiro a de minha mãe. Cartas de mãe devem ser todas iguais, porque todas amam seus filhos do mesmo modo; saudade, recomendações, cuidados e notícias, tudo nessa ordem... Lí e relí (sic), primeiro com pressa, depois devagar, depois lentamente, procurando nas entrelinhas algo mais que pudesse conter. A segunda, de meu ex-sogro, dava notícias de meus filhos, dos parentes em geral e de meus interesses. a última, finalmente, consistia numa folha de papel cheia de garatujas, e por baixo de tudo, alguém guiara-lhes as mãozinhas para escreverem as palavras: PAPAI, saudades e as assinaturas: PAULO E CELSO.

Bem, Deus seja louvado! Dia feliz! Sinto-me um novo homem, com uma enorme vontade de viver e lutar para isto! ⁶

O soldado, a cada momento de trégua no campo de batalha ou quando estava na retaguarda do *front* sentia-se motivado para escrever, acreditava que para cada carta respondida, uma nova seria enviada do Brasil, trazendo-lhe mais notícias e conforto. Para isso bastava um papel, um lápis, o nome com o número do pracinha e o envelope padrão da guerra, nem era preciso selar, pois até as cartas vindas do além-mar eram gratuitas.

6- Diário Pessoal do Ten. Ruy de Fonseca Oliveira.

Mesmo os analfabetos que compunham a FEB tinham a oportunidade de se comunicar por meio das cartas. O Correio Regulador, órgão responsável pelo envio das cartas e telegramas originários da guerra na Itália, desenvolveu junto aos regimentos um sistema que consistia em um tipo de cartão postal que já vinha com toda a mensagem pronta, só faltando colocar o nome do militar, do destinatário e o local para envio. Um amigo ou o próprio militar responsável pelo envio lia a mensagem do cartão para o interessado e colocavam seu nome e o endereço. O único empecilho era que esse sistema era impessoal, todas as mensagens eram de conteúdos muito semelhantes, tornando a correspondência artificial, como o que consta nos modelos de sugestões para correspondência de analfabetos do 11º RI:

.

.

.

4) Meu bom Pai – Estou bem de saúde e muito satisfeito. O frio aqui é bem forte mas tenho muitos agasalhos. Mande dizer-me como andam as cousas aí em casa e também se já recebeu dinheiro enviado daqui. Já fiz mais uma remessa. Dê um grande abraço em Mamãe e abençoe o seu filho.

5) Querido Pai – Recebi suas notícias e fiquei contentíssimo em saber que todos em casa vão bem. Eu também gozo muita saúde e boa disposição. Sempre que puder mande dizer-me o que vai por nossa boa terra. Abrace os manos e Mamãe e receba o mais saudoso abraço de seu filho.⁷

Se o militar possuía algum amigo que soubesse escrever, então o modo mais fácil era pedir-lhe que escrevesse a carta, após o interessado lhe ditasse, assim as notícias saíam mais pessoais e mais próximas do que o combatente queria exprimir.

No *front*, o soldado entregava sua carta na própria unidade a qual estava vinculado. Esta, por sua vez, tratava da censura dentro do regulamento que era amplamente difundido a todos e organizava os malotes para envio. Após isso, um veículo chamado carro-correio coletava as cartas e telegramas e seguia para o Nápoles, onde eram embarcadas em um avião para o Brasil. Já no País, elas eram enviadas para os dois Postos Coletores existentes, um em Natal para atender a região Norte e Nordeste, e outro no Rio de Janeiro, que atendia o restante dos Estados. Até o final da guerra, mais de 1.400.000 correspondências saíram da Europa para os seus destinatários no Brasil, com uma média mensal de quase 100.000. Um número notável para um efetivo de 25.000 homens que estiveram na Itália.

2. A MÃO FORTE DO ESTADO NOVO

O regime autoritário do presidente Vargas ficou ainda mais fortalecido a partir de 1937, com a instituição do Estado Novo. A suspensão de eleições, alguns direitos individuais e coletivos e a perseguição à oposição foram traços marcantes deste período⁸. Uma outra característica do Estado Novo foi a busca pelo controle dos meios de comunicações e das manifestações culturais existentes no País, com a intenção de controlar as massas populacionais e assim evitar movimentos oposicionistas e levantes, como forma de manutenção do poder, além de utilizar a máquina pública com a finalidade de mitificar sua imagem.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, foi o braço forte administrativo e operacional na execução de uma propaganda ideológica que procurava controlar, centralizar, orientar e coordenar a propaganda oficial que se fazia em torno da figura de Vargas.

Inspirado em modelos de outras ditaduras no mundo, o DIP foi se tornando cada vez mais poderoso, chegando a distorcer elementos informativos da História do Brasil, ao elaborar e distribuir em escolas, cartilhas de exaltação do Estado Novo e criar curtas para exibição obrigatória em cinemas.

O DIP também agia por meio da censura, ao proibir a vinculação, em jornais, revistas, rádios ou qualquer outro meio de comunicação de massa, notícias que, ao seu critério, denegrissem a imagem do Presidente, seus atos ou de qualquer membro do governo, ou que ainda estivesse em desacordo com a ideologia proposta pelo regime.

Com a declaração de guerra e o envio de tropas para os combates, a instalação da Censura Postal Militar foi necessária, pois eram questões de segurança nacional e mundial as medidas de contra-inteligência que evitassem que informações sobre o que ocorria nos campos de batalha caíssem em poder dos Estados em guerra contra os aliados. No envio das cartas, às vezes de maneira involuntária, o soldado acabava fornecendo esses dados, que se não fossem devidamente monitorados por algum órgão, seriam tratados como informação de guerra.

7- Sugestões para Correspondências de Analfabetos – Arquivo Histórico do Exército

8- SKIDMORE, op cit.

Os americanos já tinham em funcionamento seus órgãos de censura postal e que foram base para o Brasil elaborasse o seu mecanismo. Os EUA, no entanto, bem como os outros países aliados, preocupavam-se com a censura estritamente de informações militares, evitando que fosse utilizada como meio de cercear a liberdade de expressão dos seus militares. A censura era tão pouco utilizada nas cartas que saíam do território americano, pois não havia objetivos militares em correspondências remetidas por civis.

O fato de alguém abrir as correspondências de outras pessoas enseja uma necessidade que somente uma guerra poderia justificar, entrar na intimidade de um compatriota que se encontra em uma missão fora de seu local, longe de sua família e com uma tradicional formação cultural que valorizava a privacidade, poderiam ser mal entendidos, se não fossem de conhecimento da população as reais necessidades destas ações. Nos jornais foram divulgadas as instruções de como proceder para o envio das cartas, tanto para os soldados na Itália, quanto aos seus familiares no Brasil:

Estão instaladas, no Rio, no edifício em que funcionou o Banco Germânico, as diversas seções do Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira, sob a direção geral do major Gilberto da Cruz Messeder.

Esta é uma iniciativa de grande significação, que virá proporcionar amplas facilidades à correspondência de nossos soldados que se encontram no teatro de guerra europeu para dar combate ao nazi-fascismo, com as respectivas famílias.

As cartas endereçadas aos nossos militares que se acham em terras da Itália devem pesar, no máximo, cinqüenta gramas e no mínimo cinco, com as dimensões, no mínimo de 155mm, por 85mm, e no, máximo, 240mm por 105mm.

(...) Para a colocação de carimbos, notas da censura, etc. o endereço deve ser concentrado, ocupando, apenas, o centro da sobrecarta.

Toda a correspondência, seja da FEB para o Brasil ou deste para ela, fica isenta de taxas e prêmios postais.

Na correspondência entre os elementos da FEB, e suas famílias e amigos é proibido cogitar de assuntos que possam interessar ao inimigo, tais como objetivo, organização de forças, armamentos, equipamentos, posição ou descrição dos aquartelamentos, estacionamentos ou acampamentos, ou declarações que possam trazer desharmonias (sic) entre nossas forças e as dos nossos aliados. Não é permitido o uso de códigos, cifras e estenografia, convindo evitar toda e qualquer notícia que possa influir, nocivamente, sobre a moral de nosso combatente.⁹

As regras acima sobre a maneira de como deveriam ser escritas as correspondências, referem-se não apenas às preocupações estratégicas dos militares, como posição de tropas e suas organizações, informações que em estado de guerra são proibidas de serem divulgadas em qualquer Força Armada. Há estudos sobre o grande rigor dos censores alemães e japoneses durante a Segunda Guerra, em que às motivações militares foram acrescidas limitações contra opiniões contrárias aos regimes ou à própria guerra ou ainda à maneira de atuação dos exércitos.¹⁰

Vargas já havia criado a Escola de Censores da Censura Postal Brasileira¹¹, com a intenção de especializar agentes para o trabalho de censura postal às correspondências estrangeiras ou de pessoas-chave dentro da política nacional. Isto fazia parte de um mecanismo repressor e de inteligência que compunha a estratégia de permanência no poder do regime que Vargas impôs durante o Estado Novo.

Os conhecimentos adquiridos pela experiência na censura civil foram repassados para as atividades correlatas nas correspondências de guerra entre os militares e seus familiares. Ao realizar o seu trabalho, o censor não estava apenas preocupado com as informações de cunho militar, pois afinal, dados sobre ataques, objetivos ou organizações são divulgados somente poucos momentos antes das ações e às vezes em um círculo reduzido de militares, cabendo à maior parte dos soldados o necessário para cumprir sua missão. E, ainda, por mais simplório que fosse o nosso soldado, este sabia que qualquer informação de guerra era importante apenas para si e para os seus companheiros em combate. Estranha-se o fato, inclusive, de realizar a censura em cartas vindas do Brasil, que não tinha conflitos em seu território e já havia expulsado diplomatas de países inimigos e confinado os imigrantes “suspeitos” em campos de concentração.

A determinação de informar aos militares que evitassem declarações que trouxessem desarmonia à tropa e aos aliados ou alertar a população da proibição em transmitir qualquer notícia que afetasse a moral do combatente, abria o caminho para o que o censor, que possuía um poder quase ilimitado, condenasse em parte ou a totalidade de uma correspondência, ainda que a mesma não tivesse informações de aspectos militares, mas que transmitisse, por exemplo, as turbulências dentro da política nacional ou as informações positivas sobre a visão que o pracinha tinha sobre o exército americano.

9- Jornal Diário Mercantil, Jul 1944. Juiz de Fora -MG

10- KILIAN, Katrin. op. cit.

11- Relatório da Censura Postal Militar – Arquivo Histórico do Exército.

3. A CENSURA POSTAL MILITAR

Inaugurando seus trabalhos em 12 de julho de 1944, quatro dias antes da chegada do 1º escalão da FEB à Itália, a seção da Censura Postal Militar do Posto Coletor Sul funcionava no centro do Rio de Janeiro, então capital federal. Foi organizada dentro dos moldes da censura norte-americana, tendo seus censores, a grande maioria de civis, realizado um curso de censura, ministrado pela Escola de Censores da Censura Postal Brasileira (CPB).

Ao final daquele ano, os 41 censores civis foram substituídos por apenas 15 militares, enquanto a quantidade de entrada de cartas para serem verificadas era de 3.500 por dia, número que foi aumentando até o final dos trabalhos em setembro de 1945. O volume de cartas que entravam no Posto Coletor Sul era muito superior à capacidade de trabalho de grupo de censores, pois ao contrário do que acontecia na Alemanha, onde se realizava uma verificação por amostragem, aqui todas as correspondências eram vistoriadas.

Os 15 militares da censura postal tiveram um curso de emergência de apenas 10 dias, para poderem assumir as atividades dos civis, mas mesmo assim se sentiam orgulhosos de seus trabalhos, pois se entendiam como “combatentes anônimos da retaguarda”: “É motivo de orgulho para nós, a equiparação feita por um membro da censura norte-americana, dos nossos censores, aos seus colegas do País amigo, considerados os melhores do mundo.”¹²

A primeira atividade do censor era o exame do envelope, onde eram verificadas as cartas que deveriam ser retidas, de acordo com uma relação nominal já em suas mãos, verificando também se era isenta de censura, no caso de ser endereçada à militar oficial general. Era verificado também o envelope em si, retirado o selo que por ventura tivesse, substituído o que estivesse em precárias condições de uso e retirados materiais impróprios para a remessa em envelopes, como por exemplo, dinheiro em espécie.

Após, a carta era examinada por meio de uma leitura minuciosa, a fim de constatar as informações que eram contrárias não somente aos objetivos da guerra, mas também ao regime. Questões pessoais também eram alvo de cortes, caso o censor considerasse a carta “imoral”.¹³ Encontrando essas informações, o censor entregava-a ao chefe do grupo, que relatava em um livro especial.

12- Relatório da Censura Postal Militar – Arquivo Histórico do Exército.

13- Ibidem.

No interior da carta, que poderia ser totalmente ou parcialmente condenada, era colocado um aviso de censura para o destinatário (no caso de censurada parcialmente) ou para o remetente (no caso de censurada totalmente). Esses cortes eram sugeridos pelo censor, que ouvia as opiniões do seu chefe de grupo e do chefe de censura, em caso de discordância, a decisão era unicamente do censor. Há de supor que, na dúvida, as cartas eram facilmente censuradas.

As cartas censuradas, por fim, eram motivos de relatório sobre o seu teor e trechos censurados. Caso não fosse necessária a confecção do relatório, o remetente era chamado ao posto coletor para ser-lhe explicado pessoalmente as medidas proibitivas, e se morasse em local distante, uma carta com a mesma recomendação era enviada a sua residência.

Com igual rigor foram feitas as verificações em cartas redigidas em idioma estrangeiro, fato comum ante a quantidade de soldados recrutados no Sul do País. No início eram devolvidas aos remetentes, mas com a grande quantidade de reclamações, foi providenciada uma equipe de tradutores para sua tradução para o português e envio à Itália, caso não houvesse problemas em seu teor informativo.

A difícil e polêmica atividade de censura realizada pelo Censura Postal Militar só não era maior que o trabalho semelhante feito na Itália para as cartas dos cabos, soldados e sargentos, de responsabilidade das próprias Unidades dos militares, por uma equipe destinada para esse serviço. No entanto, talvez por estarem dentro de um sistema de disciplina militar, os relatos dos veteranos atestam poucos casos de censura em suas cartas, ante o volume expedido em menos de um ano. Para o militar que recebia uma carta censurada, só restava a frustração de algo que foi perdido e não poderia ser recuperado, mais uma vez o tenente Ruy de Fonseca relatou:

Recebi hoje diversas cartas, sendo duas de minha mãe e por isso estou contente e feliz, tanto quanto pode estar aqui. Também muitos soldados do Pelotão receberam correspondências e é bom quando todos estão eufóricos e alegres: como não há felicidade completa, alguns receberam as cartas com recortes da censura e, é claro, não gostaram e xingaram os censores do serviço postal da FEB, dos piores nomes em português e italiano....Também não é para menos. É preciso sempre explicar-lhes que eles, da censura, tem também, um dever a cumprir. É o que faço sem muita convicção.¹⁴

Quanto aos familiares, reféns do trabalho desenvolvido pelos censores, restava cumprir fielmente as determinações do Correio Coletor, para que pudessem ter suas correspondências devidamente encaminhadas. As reações ou eram de resignação e aceitação, chegando até a se desculparem por terem escrito algo que desagradou os censores. Outras faziam uso de “códigos” próprios que revelavam intimidade entre namorados ou casados. Alguns, no entanto, chegavam a enfrentar os censores, diante a arbitrariedade da censura e o sentimento de impotência por parte das pessoas comuns.

Uma senhora, de nome Torquata P., do Rio de Janeiro, escreveu assim para os membros da censura:

(..) Assim sendo, peço vossa indulgência para a supracitada carta, no sentido de que seja a mesma remetida ao seu destino, pois tem (sic) o maior empenho que meu filho a receba com uma recente fotografia minha que vai dentro da mesma e por cuja a data verificarei a veracidade do que ela vos afirma, ao mesmo tempo, reafirmo a promessa que vos fiz verbalmente de, em cartas posteriores, não empregar termos que, embora escritos sem a menor intenção maldosa, possam entretanto, ser interpretados como alusões menos lisongeiras (sic) ao vultuoso serviço que está sob vossa eficiente jurisdição...¹⁵

CONCLUSÃO

Com a vinda dos últimos homens do continente europeu, as atividades da censura postal e do correio coletor foram encerradas. Para o pracinha ficou a visão de que se essa atividade de censura era realmente necessária, pelo menos em tempos de guerra, o seu mecanismo de atuação foi alvo de constantes críticas, principalmente pela grande quantidade de correspondências censuradas no Brasil. Ficou claro que as intenções de se promover medidas de contra-inteligência ficavam ao bel prazer do censor e dos que trabalhavam em sua equipe. O sumiço de correspondências sem motivo também repercutiu negativamente entre os combatentes. Além disso, o que mais impressiona é que esse mecanismo de repressão e controle atingiu um grau máximo de imposição sobre a liberdade de expressão à população mais pobre e desinformada que possuía alguém em guerra na Itália. Quem escrevia uma carta, sabia que estaria sendo monitorado em suas palavras e poderia ser sancionado por isso.

O receio e excesso de zelo em se escrever poucas linhas de uma correspondência fez com que a família do veterano Antonio dos Reis, da cidade de Mathias Barbosa, em Minas Gerais, não comunicasse a morte de sua mãe quando este já se encontrava na Itália. Na sua volta, quase um ano depois, a notícia foi lhe transmitida pessoalmente.¹⁶

Nada mais que efeitos da censura postal.

16 - Entrevista concedida ao autor em 01/10/2004.